

VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI

CURSO DE
**DIREITOS
HUMANOS**

10^a revista,
atualizada e
reformulada

- O autor deste livro e a editora empenham seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 05.02.2024
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Daniel Kanai
- **CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M429c
10. ed.

Mazzuoli, Valerio de Oliveira
Curso de direitos humanos / Valerio de Oliveira Mazzuoli. - 10. ed. - Rio de Janeiro : Método, 2024.
464 p. ; 24 cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-3099-434-1

1. Direitos humanos. I. Título.

24-87778

CDU: 342.7



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

Sumário

PARTE I PARTE GERAL

Capítulo I NOÇÕES GERAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS

1. Conceito	3
2. Terminologia	5
3. Amplitude	7
4. Fundamento e conteúdo	9
5. Características	10
6. Gramática dos direitos humanos	12
7. Interpretação conforme os direitos humanos	13

Capítulo II RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL DO ESTADO E DIREITOS HUMANOS

1. Conceito de responsabilidade internacional	17
2. Finalidades da responsabilidade internacional	17
3. Características da responsabilidade internacional	18
4. Natureza jurídica da responsabilidade internacional.....	19
5. Obrigações <i>erga omnes</i> e normas internacionais de <i>jus cogens</i>	20
6. Responsabilidade do Estado no sistema interamericano.....	23
7. Imunidade de jurisdição dos Estados em matéria de direitos humanos	24

Capítulo III GERAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	27
2. Inspiração da Revolução Francesa	27
2.1. Primeira geração (liberdade).....	28
2.2. Segunda geração (igualdade).....	28
2.3. Terceira geração (fraternidade).....	28
2.4. Quarta geração (solidariedade).....	29
2.5. Quinta geração (esperança)	29
3. As gerações de direitos na jurisprudência do STF.....	30
4. Críticas ao sistema geracional	31

Capítulo IV

DIREITO INTERNACIONAL
DOS DIREITOS HUMANOS

1. Precedentes históricos.....	35
1.1. O direito humanitário	36
1.2. A Liga das Nações.....	36
1.3. A Organização Internacional do Trabalho.....	37
2. Contribuições dos precedentes.....	37
3. Emergência do Direito Internacional dos Direitos Humanos	38
4. Estrutura normativa do sistema internacional de proteção.....	40
4.1. Sistema global.....	40
4.2. Sistemas regionais	41
4.3. Coexistência dos sistemas.....	42
5. Corte Internacional de Justiça e proteção dos direitos humanos.....	43

Capítulo V

AS NAÇÕES UNIDAS E A PROMOÇÃO UNIVERSAL
DOS DIREITOS HUMANOS

1. A Carta da ONU e a promoção dos direitos humanos.....	45
2. Direitos humanos e reserva de jurisdição interna: o art. 2.º, § 7.º, da Carta da ONU....	47
3. Ausência de definição da expressão “direitos humanos e liberdades fundamentais”	49
4. Um passo rumo à Declaração Universal de 1948	50

Capítulo VI

DECLARAÇÃO UNIVERSAL
DOS DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	53
2. Estrutura da Declaração Universal.....	54
3. Natureza jurídica da Declaração Universal	56
4. Relativismo <i>versus</i> universalismo cultural.....	58
5. Impacto (internacional e interno) da Declaração Universal.....	61

Capítulo VII

PACTOS INTERNACIONAIS DA ONU
DE 1966 E MECANISMOS CONVENCIONAIS DE MONITORAMENTO

1. A criação dos mecanismos de proteção	63
1.1. Por que dois Pactos Internacionais?	63
1.2. Finalidade dos Pactos de 1966.....	64
2. Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos.....	66
3. Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos.....	69

4. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	71
5. Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais	75

Capítulo VIII

MECANISMOS GLOBAIS NÃO CONVENCIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

1. Entendimento do tema.....	77
2. O papel da Comissão (Conselho) de Direitos Humanos.....	78
3. A Resolução 1.235 do ECOSOC (<i>apartheid</i> e demais temas)	79
4. A Resolução 1.503 do ECOSOC (procedimento confidencial).....	80
5. Revisão Periódica Universal (sistema <i>peer review</i>).....	83
6. Mecanismos não convencionais e o Brasil.....	85

Capítulo IX

SISTEMAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO

1. Sistema europeu	89
1.1. Convenção Europeia de Direitos Humanos	90
1.2. Corte Europeia de Direitos Humanos	91
1.3. Sentenças da Corte.....	93
2. Sistema interamericano.....	94
2.1. Convenção Americana sobre Direitos Humanos	94
2.2. Órgãos de proteção (Comissão e Corte Interamericana)	97
2.2.1. Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	97
2.2.2. Corte Interamericana de Direitos Humanos	100
2.3. Exequibilidade doméstica das decisões da Corte Interamericana.....	102
3. Sistema africano	105
3.1. Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	105
3.2. Órgãos de proteção (Comissão e Corte Africana).....	107
3.2.1. Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	107
3.2.2. Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	108
4. Mundo árabe	109
5. Ásia	111
6. Quadro sinótico dos sistemas regionais.....	112

Capítulo X

CARTA DEMOCRÁTICA INTERAMERICANA

1. Introdução.....	113
2. Natureza jurídica.....	115
3. Direito à democracia e obrigação de sua proteção	116

4. Democracia e direitos humanos	117
5. Democracia, desenvolvimento integral e combate à pobreza.....	118
6. Ruptura da ordem democrática e retorno ao <i>status quo</i>	119
7. Democracia e as missões de observação eleitoral.....	121

Capítulo XI

PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO MERCOSUL

1. Introdução.....	123
2. O Mercado Comum do Sul e os direitos humanos	123
3. Normativa internacional.....	124
3.1. Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, Bolívia e Chile (1998)	124
3.2. Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos no Mercosul (2005)	125
3.3. Protocolo de Montevidéu sobre Compromisso com a Democracia no Mercosul – Ushuaia II (2011)	127
4. Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos – IPPDH.....	128
5. Infraestrutura para proteção e promoção dos direitos humanos no Mercosul	129
6. Conclusão.....	130

Capítulo XII

DIREITO INTERNACIONAL PENAL

1. Introdução.....	131
2. Precedentes históricos do TPI.....	131
2.1. O legado do Holocausto e o Tribunal de Nuremberg	132
2.2. Outros tribunais internacionais (Tóquio, ex-Iugoslávia e Ruanda)	133
3. O Tribunal Penal Internacional.....	134
4. Características do TPI	135
4.1. Natureza supraconstitucional (centrífuga)	135
4.2. Tribunal independente	136
4.3. Órgão subsidiário.....	137
4.4. Justiça automática	137
5. Estrutura e funcionamento do TPI.....	137
6. Impossibilidade de reservas do Estatuto.....	140
7. Competência material do TPI.....	141
7.1. Crime de genocídio.....	141
7.2. Crimes contra a humanidade	141
7.3. Crimes de guerra.....	142
7.4. Crime de agressão.....	142
8. A responsabilidade penal individual	144

Capítulo XIII

INCORPORAÇÃO DOS TRATADOS
DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

1.	Introdução.....	147
2.	Processo de celebração de tratados na forma do art. 5.º, § 3.º, da Constituição	150
3.	Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente de aprovação qualificada	154
4.	Efeitos dos tratados “equivalentes às emendas constitucionais”	156
4.1.	Reforma da Constituição	157
4.2.	Impossibilidade de denúncia.....	160
4.3.	Tratados como paradigma do controle concentrado de convencionalidade	164
5.	Hierarquia constitucional dos tratados de direitos humanos independentemente da data de sua ratificação (antes ou depois da EC 45/2004).....	164
6.	Aplicação imediata dos tratados de direitos humanos.....	166
7.	Os tratados de direitos humanos como paradigmas à federalização das graves violações de direitos humanos: o incidente de deslocamento de competência (CF, art. 109, V-A e § 5.º).....	167
8.	Interpretação dos tratados de direitos humanos e o princípio <i>pro homine</i>	170
9.	Conclusões acerca do procedimento brasileiro de incorporação de tratados internacionais: “sistema único diferenciado”	170

Capítulo XIV

CONTROLE DE CONVENCIONALIDADE

1.	Introdução.....	173
2.	A doutrina do controle de convencionalidade no sistema interamericano	175
3.	O controle de convencionalidade no Direito brasileiro.....	180
3.1.	Controle concentrado de convencionalidade.....	180
3.2.	Controle difuso de convencionalidade.....	183
4.	Controle de supralegalidade.....	185
5.	Devido processo convencional.....	186
5.1.	Devido processo convencional internacional	187
5.2.	Devido processo convencional interno.....	187
6.	Conclusão.....	190

PARTE II

PARTE ESPECIAL

Capítulo XV

DIREITOS HUMANOS DAS MINORIAS
E GRUPOS VULNERÁVEIS

1.	Direitos humanos das mulheres.....	194
1.1.	Normativa internacional de proteção.....	195

1.2.	Decisão internacional e conseqüências no plano interno	199
1.3.	Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	201
1.4.	(Des)criminalização do aborto até o terceiro mês de gravidez.....	203
2.	Direitos humanos dos idosos	205
2.1.	Normativa internacional de proteção.....	206
2.2.	Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos (2015).....	210
2.3.	Proteção jurídica da pessoa idosa no Brasil.....	212
3.	Direitos humanos das crianças e dos adolescentes.....	214
3.1.	Normativa internacional de proteção.....	215
3.2.	Direitos humanos das crianças e dos adolescentes na jurisprudência interna	219
3.3.	Redução da maioridade penal no Brasil	221
3.4.	Lei Menino Bernardo (Lei n.º 13.010/2014).....	222
4.	Direitos humanos dos povos indígenas e comunidades tradicionais	224
4.1.	Conceito de “povos indígenas” e “comunidades tradicionais”	225
4.2.	Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (1965).....	226
4.3.	Da visão integracionista à sociedade pluriétnica: as Convenções n.º 107 e n.º 169 da OIT	227
4.4.	Marcos atuais: Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) e Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007)	231
4.5.	Proteção dos povos indígenas no sistema interamericano de direitos humanos ..	232
4.6.	O caso da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.....	236
4.7.	Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2016).....	237
5.	Direitos humanos das pessoas com deficiência	250
5.1.	Conceitos.....	251
5.2.	Instrumentos internacionais de proteção	253
5.3.	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	255
5.4.	Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015).....	258
5.5.	Acesso à leitura às pessoas cegas ou com deficiência visual (Tratado de Marraqueche)	258
6.	Direitos humanos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e + (comunidade LGBTQIA+).....	264
6.1.	Normativa internacional de proteção.....	268
6.2.	Casos internacionais emblemáticos.....	270
6.3.	União homoafetiva na jurisprudência do STF.....	277
6.4.	União homoafetiva na jurisprudência da Suprema Corte dos EUA	278
6.5.	União homoafetiva na jurisprudência da Corte Constitucional da Colômbia.....	279

6.6. Obrigações estatais relativas à mudança de nome, à identidade de gênero e aos direitos decorrentes de vínculo entre pessoas do mesmo sexo (Opinião Consultiva n.º 24/2017 da Corte IDH)	280
6.7. Criminalização dos atos de homofobia e transfobia pelo STF	283
6.8. Desafios à proteção antidiscriminatória LGBTQIA+	285
7. Direitos humanos dos refugiados	286
7.1. Regulamentação internacional	287
7.2. Regulamentação interna	289
7.3. A questão dos migrantes	291
8. Direitos humanos dos consumidores	293
8.1. Proteção do consumidor no Mercosul	294
8.2. Proposta de normativa interamericana de proteção	296
9. Direitos humanos das pessoas em situação de rua	296
9.1. O que é a “situação de rua”?	298
9.2. Discriminação e estigmatização das pessoas em situação de rua	299
9.3. Política Nacional para a População em Situação de Rua e Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento (Decreto n.º 7.053/2009)	300
9.4. Guia do Ministério Público para a defesa dos direitos das pessoas em situação de rua	304
9.5. Obrigações internacionais dos Estados na proteção das pessoas em situação de rua	307
9.6. Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos	309

Capítulo XVI

LEIS DE AUTOANISTIA E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

1. Introdução	313
2. Justiça de transição e leis de autoanistia	313
3. Leis de autoanistia e o dever de perseguir as violações de direitos humanos	315
4. Posição da Corte Interamericana sobre as leis de autoanistia	317
4.1. Primeiros precedentes (casos “Barrios Altos”, “Almonacid Arellano” e “La Cantuta”)	317
4.2. A Corte Interamericana e o Brasil (caso “Gomes Lund” – “Guerrilha do Araguaia”)	318
5. Obrigação de controlar a convencionalidade das leis de autoanistia	321
6. Direito à verdade e à justiça e sua implementação no Brasil	322
7. Conclusão	325

Capítulo XVII

DIREITOS COMUNICATIVOS E ACESSO LIVRE À INTERNET

1. Conceito de direitos comunicativos	327
---	-----

2. Limites aos direitos comunicativos.....	330
3. Espécies de direitos comunicativos	332
4. Formas de violação dos direitos comunicativos	332
5. Marco Civil da Internet no Brasil	332
5.1. Direitos humanos como fundamento do Marco Civil da Internet.....	333
5.2. Acesso à Internet como essencial ao exercício da cidadania.....	333
5.3. Direito humano ao acesso livre à Internet	335
6. A questão das “mídias sociais”	336
7. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	338
8. Direitos comunicativos e “direito ao esquecimento”	345
9. Declaração Universal dos Direitos Linguísticos	351

Capítulo XVIII

POLÍTICA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	353
2. Os primeiros Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH 1 e 2)	354
3. O 3.º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).....	355
4. O Conselho Nacional dos Direitos Humanos	357
4.1. Princípios de Paris sobre as Instituições Nacionais de Direitos Humanos	357
4.2. Finalidade, composição e missão do Conselho Nacional dos Direitos Humanos....	359
5. Conclusão.....	361

Capítulo XIX

MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFENSORIA PÚBLICA E POLÍCIA JUDICIÁRIA NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	363
2. Ministério Público na defesa dos direitos humanos.....	364
2.1. Instrumentos de tutela.....	364
2.2. Defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais	364
2.3. Defesa do direito à educação	365
2.4. Competência para deflagrar o controle concentrado de convencionalidade.....	365
2.5. Aferição e controle de convencionalidade difuso pelo Ministério Público.....	366
3. Defensoria Pública na defesa dos direitos humanos	369
3.1. Acesso à justiça e as “100 Regras de Brasília”	370
3.2. Defensor Interamericano.....	371
3.3. Resoluções 2.656 (XLI-O/11) e 2.801 (XLIII-O/13) da OEA sobre a importância dos defensores públicos oficiais e fortalecimento da Defensoria Pública	373
3.4. Defensoria Pública e defesa dos direitos humanos.....	373
3.5. Defensoria Pública como <i>custos vulnerabilis</i>	374
4. Polícia Judiciária na defesa dos direitos humanos.....	377

4.1. As “100 Regras de Brasília” e sua observância pelo Delegado	378
4.2. Resolução 43/173 da ONU	378
4.3. Lei n.º 12.830/13 como garantia complementar ao bloco de convencionalidade.....	379
4.4. Aferição de convencionalidade pelo Delegado de Polícia	380
4.5. Contraditório e ampla defesa no inquérito policial.....	381
5. Conclusão.....	382

Capítulo XX

EDUCAÇÃO E CULTURA EM DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	383
2. Educação em direitos humanos	384
3. Por uma cultura de direitos humanos	386
4. O papel do Conselho de Direitos Humanos da ONU na consolidação da educação em direitos humanos	387
5. Normativa das Nações Unidas sobre educação e formação em matéria de direitos humanos.....	387
6. Conclusão.....	389

Capítulo XXI

SOBERANIA E DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	391
2. Há soberania no plano internacional?	391
3. Dois fundamentos irreconciliáveis.....	394
4. Direitos humanos e flexibilização da soberania.....	394
5. Conclusão.....	396

Capítulo XXII

EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS

1. Introdução.....	397
2. Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU (2011)	399
3. Informe da Comissão Interamericana sobre povos indígenas, comunidades afrodescendentes e indústrias extrativistas (2015)	407
4. Projeto de convenção da ONU sobre empresas transnacionais e direitos humanos	410
5. <i>Compliance</i> na proteção dos direitos humanos.....	411
6. Racismo ambiental.....	413
7. Direitos humanos das empresas?	414
8. Meio ambiente e direitos humanos (Opinião Consultiva 23/17 da Corte Interamericana de Direitos Humanos)	415
9. Conclusão.....	417

Referências Bibliográficas.....	419
Obras do Autor	439